

Em cada dez candidatos da região, dois têm bens declarados acima de R\$ 1 mi no TSE

Em cada dez candidatos da região, dois têm bens declarados acima de R\$ 1 mi no TSE

Na soma de 124 nomes que concorrem a deputado estadual, federal e senador, 42 postulantes não registram patrimônio na Justiça Eleitoral

BRUNO COELHO
brunocoelho@dgabc.com.br
FELIPE DELMONDES
Especialista para o Diário
felipedelmondes@dgabc.com.br

Entre patrimônios milionários e fichas zeradas, os candidatos do Grande ABC chegam à eleição com perfis distintos quando o assunto é dinheiro. Dos 124 nomes da região que disputam vagas de deputado estadual, deputado federal e senador, 24 afirmaram à Justiça Eleitoral ter mais de R\$ 1 milhão em poses, o equivalente a praticamente dois a cada dez concorrentes. Ao mesmo tempo, 42 postulantes não declararam bens, retrato que pode dimensionar a diversidade econômica de quem estará nas urnas no dia 4 de outubro.

Segundo apuração do Diário, o topo da lista de patrimônios declarados é liderado por candidatos com atuação em São Caetano e São Bernardo. O maior montante pertence ao vereador Edison Parra (Podemos), de São Caetano, postulante a deputado estadual, que declarou R\$ 12,7 milhões. Além da vida política, o parla-

mentar atua no meio privado, principalmente no ramo de serviços a outras empresas. "Sou empresário há décadas. Não possuo bens em nomes de terceiros, não blindei meu patrimônio", afirmou.

Na sequência aparece Ramiro Meves (DC), que também mira a Aleesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), com patrimônio registrado de R\$ 12,5 milhões. A lista dos nomes com maiores valores declarados ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também reúne deputados estaduais que buscam renovar seus mandatos em outubro. Terceira na lista, Carla Morando (PSD) descreveu R\$ 7,5 milhões em poses, seguida por Luiz Fernando Teixeira (PT), com R\$ 7,2 milhões, e por Thiago Aurichio (PL), com quase R\$ 5,7 milhões.

A título de curiosidade, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que concorre ao seu quarto mandato à frente do Palácio do Planalto, não entraria na lista dos cinco candidatos com as maiores poses registradas em suas fichas eleitorais. O líder petis-



NA MIRA. Orgão está de olho nas declarações dos candidatos

ta, que teve sua trajetória política impulsionada pelas greves dos metalúrgicos no Grande ABC entre o fim dos anos 1970 e 1980, registrou R\$ 4,7 milhões em bens. Seu principal concorrente, Flávio Bolsonaro (PL), divulgou R\$ 8,1 milhões de recursos próprios.

Entre os candidatos a deputado federal na região, o ex-prefeito de Santo André e presidente estadual do PSDB, Paulo Serra, informou possuir R\$ 3,9 milhões. O tucano é seguido por Orlando Morando (MDB),

ex-prefeito de São Bernardo, com R\$ 3,8 milhões, enquanto Fernando Marangoni (Podemos), que busca renovar o seu mandato na Câmara Federal, contabilizou R\$ 3,4 milhões. Ricardo André, postulante da Rede a um dos 70 lugares da bancada paulista em Brasília, manifestou patrimônio avaliado em R\$ 2,9 milhões.

Segundo resolução 23.609/2019 do TSE, a relação de bens no sistema de candidaturas deve ter a indicação do bem e seu valor declarado à

Receita Federal. "A declaração ao TSE, em tese, tem que refletir a declaração do Imposto de Renda, porque se omitir bens na declaração e mantiver no Imposto de Renda, em tese, você não pode utilizar recursos dessa fonte para financiar campanha", explicou o advogado e especialista em direito tributário, Rubens Kindlimann.

ZERADOS

Se por um lado existem os milionários, por outro, há quem não possua algum bem a declarar ao TSE. Ao menos, essa é uma das possibilidades para 42 candidatos, significando que três a cada dez postulantes da região se encontram nessa situação. Em caso de omissão de patrimônio, o candidato pode ser enquadrado pelo artigo 350 do Código Eleitoral (Lei 4.737/1965), no qual descreve que omitir ou inserir declaração falsa para fins eleitorais pode resultar em pena de reclusão e multa.

"Hoje em dia, o candidato não consegue muito bem ocultar (*patrimônio*), porque a Justiça Eleitoral está muito

avancada, consegue cruzar os dados com Imposto de Renda e até com o Detran (*Departamento Estadual de Trânsito*). Inclusive, se a pessoa já foi candidata anteriormente, há a declaração dos bens passados. Por isso, é possível comparar, o que torna difícil e arriscado se alguém tentar ocultar algo da Justiça Eleitoral", disse a advogada Natália Rubinielli.

Por outro lado, se há ausência de bens, isso não significa irregularidade, conforme aponta Kindlimann. "Se a pessoa não tem o que declarar, de fato, não vai declarar. Não tem como inventar isso. Agora, quando a pessoa faz a declaração do Imposto de Renda, tem que declarar o que tem, até porque a própria Receita Federal tem um parâmetro da evolução patrimonial. Então, se no ano passado não tinha nada e esse ano aparece com um patrimônio de R\$ 5 milhões, qual foi a origem? Eu recebi uma indenização, um prêmio, uma doação? Tudo isso tem que estar atrelado a uma origem", disse.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: 3